



FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES JUVENIS: A PROIBIÇÃO DOS CELULARES NAS ESCOLAS

Cláudia Nathielly Santos da Silva¹

Antonia Thainá Lopes Santana²

Felipe Oliveira da Silva³

Vinícius da Silva Oliveira⁴

Marcelo da Silva Passos⁵

RESUMO

O celular é mediador no desenvolvimento identitário juvenil, permitindo explorar múltiplas identidades e performatividades. Foram analisados impactos da Lei nº 15.100/2025 sob a ótica da comunidade escolar do Colégio Estadual Dr. Eliel da Silva Martins (Sapeaçu-BA). Questionário eletrônico com seis questões (respostas fechadas) foi compartilhado com discentes e docentes da instituição. Foram indagados sobre os impactos da Lei na: a) relação professor-aluno; b) desempenho acadêmico discente; e c) construção da identidade juvenil. Entre as 50 respostas obtidas, 88% consideraram que o uso do celular tem impacto positivo (pleno ou parcialmente) no desempenho acadêmico discente. Até o momento, a ausência de celulares não alterou, significativamente, a relação professor-aluno (44%) e até melhorou o diálogo e participação nas aulas (30%). A proibição dos aparelhos teria impactos diversificados (positivos e negativos) sobre os estudantes: (34%) não enxerga impactos nas habilidades sociais de comunicação; (26%) pode ampliar interações “cara a cara”; (22%) pode diminuir a comunicação digital e uso das redes; (18%) pode promover exclusão e isolamento. Sobre os impactos da proibição de aparelhos para a construção das identidades juvenis: (44%) haveria diferenciação e expressão de identidade por interações diretas e talentos pessoais; (34%) limitaria a criatividade e capacidade de expressão; (12%) ocasionaria perda de identidade; e (10%) conformidade. Há polarização quanto à noção de pertencimento: para 42% a proibição do aparelho não teria impacto e os jovens formariam grupos fora da escola. Porém, para 40% a proibição fortaleceria laços de amizade baseados em interesses e interações pessoais. Para 64% o maior desafio para lidar com jovens em uma escola sem aparelhos é o enfrentamento do tédio ou a falta de estímulos rápidos durante intervalos. Enquanto alguns estudantes redescobrem formas “analógicas” de interação, outros experimentam a exclusão, pois o celular parece ser extensão da identidade e do pertencimento.

Palavras-chave: Ensino Médio, Recôncavo, Habilidades Sociais, PIBID.

1 Graduada do Curso de Licenciatura em Biologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, claudianathy2005@gmail.com;

2 Graduada do Curso de Licenciatura em Biologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, antoniathainalopes@gmail.com;

3 Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, felipedasilva2201@hotmail.com;

4 Graduando do Curso de Licenciatura em Biologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, viniciusoliveira.nt@aluno.ufrb.edu.br;

5 Professor orientador: Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Maria Milza - UNIMAM, marcelo.passos@nova.educacao.ba.gov.br.



INTRODUÇÃO

A escola desempenha papel significativo na formação das identidades juvenis – processo dinâmico e cada vez mais influenciado pelas tecnologias. Contudo, os aparelhos celulares passaram a se destacar enquanto ferramentas-chave para a comunicação interpessoal entre os jovens (Neto; Tavares, 2019; Silva *et al.*, 2025). Enquanto dispositivos de acesso às redes sociais virtuais, os celulares assumem papel fundamental na construção identitária, especialmente quando se compreende as identidades como performáticas, reflexivas e construídas por meio das relações sociais. Por sua vez, as redes sociais digitais funcionam como espaços privilegiados de autoexpressão, permitindo que os adolescentes publiquem fotos, vídeos, atualizem seus perfis e compartilhem conteúdos que refletem e expressam seus interesses, valores e afetos (Barcelos; Rossi, 2014).

Tais afirmações demonstram como o celular tem se tornado central na construção e a manifestação das identidades juvenis, favorecendo a formação de vínculos, expressão individual e a inserção em comunidades que reforçam ou desafiam suas percepções sobre si e o mundo, além de diminuir barreiras geográficas e conectar diferentes culturas e ideologias. Porém, o uso de celulares é acompanhado de outros problemas e desafios.

Em 2022, o Atlas das Juventudes publicou a terceira edição do relatório “Juventudes e a Pandemia – E Agora?”, elaborado com o intuito de investigar os impactos sociais, psíquicos e financeiros/econômicos que a pandemia do COVID-19 teve na juventude. Ele destaca o aumento na incidência e na excessividade do uso dos aparelhos como consequência direta da pandemia, e lista as finalidades de usos mais comuns, como: acesso às redes sociais; ver vídeos e filmes ou ouvir músicas e podcasts; procura por informações; ler notícias; e assistir aulas e cursos online.

No ano seguinte, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou um aumento relativo aos anos anteriores (2016 a 2022), tanto na prevalência do uso da internet (com destaque para o índice de prevalência acima de 90% para os estudantes da educação básica), quanto na posse de aparelhos celulares por indivíduos com mais de 10 anos (IBGE, 2023). Isso evidencia a presença do aparelho celular no cotidiano dos estudantes, consolidando-se não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas também como um dispositivo essencial ao acesso à informação e ao lazer.

É nessa perspectiva que surgem preocupações com os impactos do uso indevido que esses aparelhos podem ter na formação dos estudantes da educação básica brasileira, colocando em pauta os seguintes problemas: a) o uso excessivo dos celulares causa dispersão em sala de aula, prejudica o rendimento acadêmico e facilita a prática de cyberbullying; e b) a





crescente ansiedade entre educadores e famílias frente ao vício em telas e à exposição dos jovens a conteúdos inadequados e notícias falsas durante o período escolar (Cavalcanti *et al.*, 2025; Paula; Melo, 2024; Silva *et al.*, 2025). Soma-se o desafio do professor em conquistar estudantes em ambiente de constante disputa pela atenção. Isso cria um cenário que clama por ações interventivas, que normalmente culminam em normativos que tão somente fazem a proibição (total ou parcial) como solução ao problema (Cavalcanti *et al.*, 2025).

A Lei nº 15.100, de janeiro de 2025, restringiu o uso de aparelhos eletrônicos portáteis por estudantes da educação básica em todos os espaços escolares. Ela deixa a cargo das instituições de ensino o papel de construir/pensar estratégias para informar os riscos à saúde mental que o uso indevido/imoderado dos aparelhos pode ocasionar (Brasil, 2025).

Embora essa perspectiva restritiva se configure como solução imediata aos problemas decorrentes do uso indevido dos celulares, também é vista, em menor nível, como forma de mitigar a problemática pós-pandêmica da educação brasileira. Porém, subestima a relação entre o dispositivo e a formação identitária.

A presente investigação fundamenta-se na urgência em compreender os efeitos socioculturais causados por políticas educacionais concernentes ao uso do celular nas escolas – em especial, a Lei nº 15.100/25, ainda pouco explorada/investigada em âmbito acadêmico e normativo voltado para essa problemática.

Essa ação nasce enquanto uma prática investigativa conduzida por bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/Biologia/UFRB), numa iniciativa que promove a inserção dos licenciandos na escola, por meio da observação participante, desde o início da graduação (CAPES, 2024).

REFERENCIAL TEÓRICO

Há diferentes facetas contemporâneas de identidade, pois para além de um conceito, é uma manifestação social que reflete e resulta do contexto histórico-cultural no qual ela está inserida. Portanto, os fatores que impulsionam a formação e o reconhecimento identitário não consistem em ideias fixas e anacrônicas, pelo contrário, são moldados a partir das perspectivas da sociedade (Bauman, 2001; Erikson, 1972).

Segundo Bauman (2001), a formação identitária (comportamental ou atitudinal) na contemporaneidade é diferente de como foi no passado, pois deixou de ser plenamente limitada pelo lugar que o indivíduo ocupa na sociedade. Dessa maneira, a individualização do sujeito (*i.e.*, tornar-se indivíduo) passa a ser sustentada pela pluralidade de relações sociais que ele constrói e pela forma que ele é percebido.





Nessa visão, a identidade ~~vale além de um dado~~ condicionado a cada indivíduo. Pelo contrário, ela se apresenta como tarefa e deve ser construída/moldada ativamente pelas ações e escolhas de cada um. Tal pensamento, traz à luz o caráter performático da identidade, em que o indivíduo não só procura, como deve, se fazer percebido dentro de uma imagem desejada, evidenciando a necessidade de autoafirmação inerente à formação dos sujeitos na sociedade moderna (Bauman, 2001; Erikson, 1972).

Aliado a isso, é importante destacar que a formação identitária incide em um processo reflexivo e observacional em que ao se constituir indivíduo, o sujeito, a todo momento, autoavalia a si e a forma que é percebido por outrem. Ele, portanto, “julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam” (Erikson, 1972, p. 4).

Essa reflexão sobre si acontece de forma contínua e duradoura, sobressaindo-se na adolescência – fase em que encaram conflitos relacionados à identidade, configurando um momento de experimentação e questionamento sobre quem são, marcado por uma luta simbólica mediada pelo *habitus* e pelo capital cultural familiar. O jovem negocia, assim, as expectativas sociais para assumir um papel adulto com seu desejo de autodefinição, em busca de reconhecimento e de um lugar social legítimo (Bourdieu, 1983; Erikson, 1972).

Atendo-se a essa concepção de identidade performática, moldada pela sociedade e que deve ser construída pelos sujeitos mediante interações sociais, é oportuno, dentro do escopo deste trabalho: a) especificar o que caracteriza a juventude; b) delinear a relevância da escola para a formação dos indivíduos; e c) descrever como o celular se encaixa no contexto de formação identitária atual.

O conceito de “juventude”, pode ser entendido como uma conformação social caracterizada pela secção ideológica entre jovens e velhos, que impõe limites aos indivíduos e garante à sociedade uma ordem etária (Bourdieu, 1983).

Apesar da aparente contradição entre “juventude” e “identidade”, ambos os conceitos se relacionam ao salientar o impacto causado nos sujeitos pela maneira em que as sociedades se estruturam (Bauman, 2001; Bourdieu, 1983; Erikson, 1972). Assim, a secção entre o “novo” e o “velho”, passa a ser também uma separação entre indivíduos formados por diferentes cosmovisões, originadas de recortes histórico-sociais distintos.

A escola, enquanto espaço sociocultural, é importante na formação da identidade dos indivíduos, especialmente na adolescência. Ela não se limita à transmissão de conhecimentos formais, mas constitui ambiente rico de interações, trocas simbólicas e experiências coletivas que influenciam diretamente a construção do “eu” (Neto; Tavares, 2019).





De acordo com Vygotsky (1978) e Lane (2017), é na convivência em grupo que o sujeito confronta diferenças e semelhanças, desenvolve sua consciência social e elabora sua própria identidade. A escola, então, funciona como “miniatura da sociedade”, onde adolescentes experimentam papéis sociais, negociam valores e aprendem a se posicionar.

Em contexto contemporâneo marcado pela influência das redes sociais virtuais – que, embora ofereçam possibilidades de autoexpressão e conexão, também fragilizam vínculos – a escola surge como espaço de mediação crítica e de fortalecimento de laços presenciais. Ela oferece ambiente protegido e orientado para a reflexão, onde é possível discutir e ressignificar as experiências digitais, promover a tolerância e a empatia, e contribuir para uma formação identitária mais consciente e autônoma (Neto; Tavares, 2019; Silva *et al.*, 2025). Deste modo, a escola não apenas complementa, mas equilibra as influências do mundo digital, assegurando que a construção da identidade ocorra de forma integrada e crítica aos jovens.

Segundo Freire (2014), a educação, enquanto processo político e transformador, visa, fundamentalmente, formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade e do mundo ao seu redor – em um sentido sociopolítico, natural e cultural. Em retrospecto às ideias supracitadas, é possível relacionar a escola e a individualização dos sujeitos da seguinte maneira: através da educação, os educandos têm acesso a diferentes formas de notar e descrever o mundo e isso impacta a maneira que eles performam suas identidades.

Partindo de uma perspectiva sócio-histórica, na qual o desenvolvimento humano é mediado por instrumentos culturais (Vygotsky, 1978), o dispositivo móvel atua como mediador central no processo de formação identitária dos adolescentes na contemporaneidade. Ao facilitar o acesso imediato e constante às redes sociais virtuais, ele possibilita um contínuo exercício de performance do eu, no qual os jovens constroem, negociam e refletem sobre suas identidades por meio de publicações e interações, por exemplo. Logo, o celular não é apenas uma ferramenta de acesso, mas um ambiente relacional estendido que estrutura e é estruturado por práticas identitárias dos adolescentes, conformando-se como um artefato cultural importante para constituição do sujeito contemporâneo.

METODOLOGIA

Um estudo qualitativo (ou naturalístico) tem ênfase processual e envolve, por vezes, a proximidade do pesquisador com o cotidiano do objeto investigado, permitindo compreender aspectos que outros métodos poderiam ignorar. As informações obtidas em pesquisas desse tipo são, geralmente, descritivas, contribuindo para caracterizar o fenômeno estudado (Ludke; André, 1986). Para alcançar este objetivo, o pesquisador pode lançar mão de instrumentos





como diários de bordo, fundamentais para que o pesquisador possa registrar informações e reflexões (Zabalza, 1994), questionários e/ou entrevistas.

Dessa maneira, o presente trabalho – embora disponha de informações colhidas por meio de um questionário eletrônico – configura um estudo de natureza qualitativa descritiva, que investiga a formação das identidades juvenis no contexto do Colégio Estadual Dr. Eliel da Silva Martins (CEESM).

Em um primeiro momento, com o intuito de estabelecer noções diagnósticas quanto à percepção da comunidade escolar acerca da Lei 15.100/25, foi desenvolvido um questionário eletrônico (com seis questões fechadas) e compartilhado via WhatsApp. O questionário foi compartilhado com docentes da escola-campo e estudantes das turmas do 3º ano (A, B e C, todas matutinas) e do 2º ano (A, matutino, e B, integral). Eles foram questionados sobre os impactos da Lei no(a): a) relação professor-aluno; b) desempenho acadêmico discente; e c) construção da identidade juvenil.

Em seguida, foram preparados dois cartazes em papel-metro contendo os dados coletados no questionário, informações pertinentes à contextualização do cenário investigado e a apresentação teórica de como se constituem as identidades juvenis e como os celulares as impactam – material exposto em uma oficina, durante as aulas de Biologia em outubro de 2025, atendendo cerca de 30 estudantes, pertencentes às turmas do 2º ano BI e do 3º ano AM.

No início da oficina foi solicitado aos estudantes que expressassem, em uma palavra, a melhor definição da palavra-tema “identidade” (Atv. 1). Esse primeiro momento visava provocar uma reflexão inicial para que cada participante manifestasse sua percepção individual sobre o tema. Essas palavras, serviram de ponte para uma explicação dialógica da temática em pauta, favorecendo a escuta e a valorização de experiências pessoais, reconhecendo as identidades dos estudantes como parte do processo educativo.

Como segunda atividade, visando aproximar a discussão do/ao papel do celular no cotidiano dos jovens, os alunos foram conduzidos a uma dinâmica com o uso de uma caixa (Atv. 2). Seu interior continha um celular e um bilhete com a seguinte pergunta: “Se o seu celular pudesse falar com você, o que ele diria? Defina em uma palavra.” Foi dado a eles, então, alguns minutos para refletir antes de compartilhar suas respostas.

Na terceira atividade, um cartaz em branco foi apresentado como um espaço de expressão livre, onde os estudantes puderam registrar frases, palavras ou desenhos que representassem seus sentimentos e reflexões sobre o uso (ou não uso) dos celulares sobre suas identidades juvenis (Atv. 3).





Após a Atv. 3, os discentes foram convidados a participar de uma roda de conversa para debater sobre as informações apresentadas, expor ideias e compartilhar/relatar experiências. Para elencar dados referentes a essa e demais atividades, os PIBIDianos fizeram uso do diário-de-bordo, visando registrar as informações obtidas em sua completude.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, a princípio, serão apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário eletrônico – respondido por 50 participantes. Posteriormente, será feito um paralelo entre os dados obtidos no questionário e os resultados obtidos na oficina.

Quando questionados se o uso dos celulares como suporte ao desenvolvimento das atividades escolares (trabalhos em equipe, eventos e atividades avaliativas) impacta no desempenho escolar, observou-se uma predominância de visões positivas em relação ao uso de celulares como suporte às atividades escolares, com a maioria dos participantes (88%) afirmando que o impacto é positivo ou parcialmente positivo. Apenas seis (6) respondentes (12%) consideraram negativo ou não veem impacto.

Voltando-se para as implicações da proibição do celular no desenvolvimento das habilidades sociais dos estudantes, há uma maior variedade de opiniões. 34% dos respondentes indicaram que a proibição não impacta significativamente, pois a comunicação pelo celular se mantém fora da escola; 26% afirmam que a interação “cara a cara” pode aumentar; 22% consideram que pode diminuir a capacidade de comunicação digital e o uso de redes; e 18% acreditam que pode isolar os alunos que dependem de seus celulares para se sentirem socialmente incluídos.

Questionados sobre os reflexos na construção identitária dos jovens – com o olhar voltado para a expressão de novos comportamentos, em decorrência da proibição –, 44% responderam que esse cenário incentiva a diferenciação e a expressão identitária por meio de interações diretas e talentos pessoais; 34%, que limitaria a criatividade e capacidade de expressão dos estudantes; 10%, que resultaria em uma maior pressão social para se adequar à maioria, já que a expressão individual online deixaria de ser possível; e 12%, que geraria sentimentos de perda de identidade, pois a identidade digital é o único meio de expressão para muitos jovens.

Quanto a relação professor-aluno, a maioria dos respondentes (54%) relatou que não houve mudança significativa ou que ela continua a mesma; 30%, que melhorou, pois há mais interação social; 14%, que houve uma piora devido à falta de recursos digitais; e 2%, que trouxe um maior senso de respeito e atenção mútua em sala.





Em relação à dinâmica de grupos e pertencimento, a opinião mais comum (42%) foi que a proibição não teve impacto, pois os alunos mantêm a comunicação fora da escola. Parte expressiva (40%) também afirmou que ela pode fortalecer laços baseados em interações presenciais; 16%, que pode aumentar a desigualdade social, afetando aqueles que não possuem o aparelho; e 2%, que pode criar uma maior exclusão, pois os grupos se formam de maneira online e não presencialmente.

Por fim, quando questionados qual seria o maior desafio em uma escola sem celulares, 64% afirmou que seria lidar com o tédio ou a falta de estímulos rápidos durante os intervalos; para 20%, encontrar novas formas de entretenimento e expressão sem o uso de telas; para 10%, ajustar-se a uma comunicação mais lenta e presencial; e para 6%, seria a dificuldade em se manter conectado com amigos e tendências externas à escola.

Não obstante, os dados obtidos por meio da oficina – em especial, da roda de conversa – corroboram com esses resultados. Ao longo da atividade, ao questionar a relação entre os indivíduos e o celular, foram ouvidas falas como: “*é que... nascemos na era da internet, né? Então, querendo ou não, já estamos acostumados a ficar no... com celular*”; e “*não conseguiria ficar tanto tempo sem o celular*”. Ao serem interrogados se acreditavam que a pandemia colaborou para o aumento do uso dos celulares: “*De... demais! A gente ficava em casa não tinha muito o que fazer... aí a gente não podia sair ai.. o celular ajudava bastante. Ainda mais para se distrair que não podia fazer nada de sair...*”

Esses relatos reforçam a centralidade do smartphone não apenas como um hábito cotidiano, mas como um recurso fundamental de suporte emocional e distração em contextos de restrição social, como o vivido durante a pandemia. Ainda é válido mencionar que nessas narrações, o celular revela-se um artefato cultural moldado pelas subjetividades e práticas sociais dessa geração.

A respeito dos diferentes momentos da oficina, durante a Atv. 1, os estudantes definiram identidade a partir de palavras como: “sociedade”, “caráter”, “documento”, “identificação”, “comportamento”, “ser”, “gênero”, “sexualidade”, “rosto”, “etnia” e “cultura”; chamando atenção para o caráter multidimensional desse conceito, que se define por meio daquilo que o sujeito valoriza, a medida que ele se percebe e faz-se percebido no mundo, e por signos que concedem a esse sujeito a capacidade de individualizar-se, seja em esferas sociais próximas ou em uma comunidade maior.

Por outro lado, nas Atv. 2 e 3, enquanto o grupo do 3º AM demonstrou visão mais crítica e reflexiva, reconhecendo de modo pessoal o uso do celular como algo “curioso”, “chocante”, “forte” e “pensativo”; o 2º BI traduziu sua relação com o aparelho de maneira





mais emocional, escolhendo palavras como “maluca”, “psicopata” e “profissional” – termos que evidenciam uma mistura de afeto, dependência e até cansaço frente à constante presença das telas.

Os resultados obtidos talvez não permitam generalizações para a totalidade da comunidade discente da escola sobre a importância do celular para a formação identitária da juventude contemporânea e os impactos da Lei nº 15.100/25. Mas aqui destacamos três dimensões: a informacional, a relacional e a comportamental.

A dimensão informacional traz um olhar pedagógico para o uso desses aparelhos, vistos como instrumentos de busca/pesquisa. Sua proibição na escola restringe o acesso à informação e a trabalhos colaborativos (Cavalcanti *et al.*, 2025; Silva *et al.*, 2025); fatores que, para 88% dos entrevistados, melhoram a aprendizagem e o desempenho acadêmico.

Dentro da dimensão relacional estão inseridas as percepções ligadas à expressão identitária, propriamente dita. O celular é um espaço privilegiado à performatividade da identidade (Barcelos e Rossi, 2014). Então, banir o celular limitaria a autoexpressão, mas, como indica Bauman (2001), a identidade também se forma nas interações diretas, visão compartilhada por 44% dos participantes, que veem na proibição uma oportunidade para as relações “cara a cara”.

Por fim, a dimensão comportamental se refere aos hábitos de uso/consumo desses aparelhos. Enquanto Cavalcanti *et al.* (2025) e Paula e Melo (2024) alertam que o uso excessivo causa dispersão. Os dados da nossa pesquisa revelam que para 64% dos entrevistados, o maior desafio da proibição é lidar com o tédio, pois o celular é uma fonte de estímulos rápidos e suporte emocional.

A avaliação das três dimensões revela que a restrição do uso de celulares na escola é um fenômeno com várias facetas. Embora busque reduzir distrações, também pode eliminar uma ferramenta pedagógica e um espaço de construção identitária. O equilíbrio, portanto, está em políticas que eduquem para o uso crítico e consciente, integrando o mundo digital de forma produtiva na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das três dimensões, informacional, relacional e comportamental, evidencia que a restrição do uso de celulares nas escolas suscita múltiplas reflexões sobre o papel desse dispositivo na constituição das identidades juvenis. Embora o objetivo da lei seja reduzir distrações e favorecer a concentração dos estudantes, os resultados apontam que o celular também se consolidou como uma ferramenta pedagógica e importante meio de socialização





no contexto contemporâneo. Os dados revelam que o uso consciente e orientado dos dispositivos móveis pode potencializar práticas educativas e fortalecer vínculos entre pares e professores. Ao mesmo tempo, a ausência total do aparelho tende a provocar sentimentos de isolamento e a dificultar a comunicação. Dessa forma, compreende-se que o desafio não está apenas em permitir ou proibir o uso do celular, mas em redefinir pedagogicamente o seu papel dentro do ambiente escolar. Cabe à escola e aos educadores desenvolver políticas e práticas que promovam um equilíbrio entre o uso crítico, ético e responsável da tecnologia e a construção de identidades juvenis autônomas e reflexivas.

Conclui-se, portanto, que a mediação tecnológica, quando bem orientada, pode favorecer a formação integral dos estudantes e contribuir para uma educação mais conectada à realidade social. Em vez de restringir, é preciso educar para o uso consciente, integrando o digital ao cotidiano escolar como elemento de pertencimento, expressão e aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado graças à(ao) apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001; colaboração da comunidade escolar do Colégio Dr. Eliel da Silva Martins; e ao Programa de Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

REFERÊNCIAS

ATLAS DAS JUVENTUDES. Juventudes e a Pandemia do Coronavírus: e agora?. Brasília: **Atlas das Juventudes**, 2022. 3. ed. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus>>. Acesso em: 28 de set. 2025

BARCELOS, Renato Hübner; ROSSI, Carlos Alberto Vargas. Mídias sociais e adolescentes: uma análise das consequências ambivalentes e das estratégias de consumo. **BASE: revista de administração e contabilidade da Unisinos = BASE: UNISINOS accounting and administration journal**. São Leopoldo. Vol. 11, n. 2 (abr./jun. 2014), p. 93-110, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 1. ed.

BOURDIEU, Pierre. “A juventude é apenas uma palavra”. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Lei nº 15.100, de 25 de março de 2025. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o uso de aparelhos celulares e equipamentos eletrônicos nos





estabelecimentos de ensino básico. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 60, p. 1, 26 mar. 2025.

CAPES. Portaria nº 90, de 25 de março de 2024. Dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 59, Seção 1, p. 77-80, 26 mar. 2024. Disponível em: <<https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=14542&anchor>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAVALCANTI, Robson Silva; NOGUEIRA, Carla; CAVALCANTI, Hugo; SILVA, Marcos; SILVA, José; CAVALCANTI, Maria; NUNES, Ana. Uso Inadequado De Celulares Em Sala De Aula: impactos na concentração e aprendizagem na ecit advogado nobel vita. **ARACÊ**, 2025.

ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise** [1968]. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e terra, 2014.

IBGE. Em 2023, 87,2% das pessoas com 10 anos ou mais utilizaram internet. **Agência IBGE de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 dez. 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet>>. Acesso em: 20 de ago. de 2025.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. Brasiliense, 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 1.ed. São Paulo : GEN, E.P.U. 1986.

NETO, Antonio Pedro; TAVARES, Kecya Nayane Lucena Brasil. Identidade dos adolescentes e as redes sociais virtuais. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências-RIEC**, v. 2, n. 3, p. 883-911, 2019.

PAULA, Catarina T.; MELO, Anderson. **Impactos do uso excessivo de celular em sala de aula**: um estudo interdisciplinar. 2024.

SILVA, Bonivaldo P.; DA SILVA, Aurea L.; XAVIER, Lucinéia E.. O uso do celular no processo de ensino aprendizagem. *Revista Foco*, v. 18, n. 4, p. e8292-e8292, 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **Mente na sociedade**: O desenvolvimento do processo mental superior. Cambridge Ma: Universidade de Harvard. 1978.

ZABALZA, Miguel Ángel. **Diários de aula**: contributo para o estudo dos dilemas práticos dos professores. Tradução de Julia Ferreira. Porto: Porto Editora, 1994.

